

RELATÓRIO E CONTAS
2002



RELATÓRIO E CONTAS

2002

INDIVIDUAL E CONSOLIDADO

CONDURIL - CONSTRUTORA DURIENSE, SA
CAPITAL SOCIAL: 10 000 000 €
SEDE: AVª ENGº DUARTE PACHECO, 1835 ERMESINDE - VALONGO
SOCIEDADE ABERTA - PESSOA COLECTIVA Nº 500 070 210
REG. NA C.R.C. DO PORTO SOB O Nº 18673

SUMÁRIO

ÓRGÃOS SOCIAIS
CONTAS INDIVIDUAIS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E ANEXOS
BALANÇO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO
RELATÓRIO DOS AUDITORES
CONTAS CONSOLIDADAS
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
BALANÇO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
RELATÓRIO DO AUDITOR EXTERNO
RELATÓRIO DOS AUDITORES

ÓRGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Carlos António Soares de Noronha Dias (PRESIDENTE)
António Baraças Andrade Miragaia
Francisco Leal Azevedo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Luís Amorim Martins (PRESIDENTE)
Ademar Américo Soares Paiva
Carlos da Silva Teixeira Mourão
Carmo Coelho Moreira Pereira
José Álvaro da Fonseca Moura
Maria Benedita Andrade de Amorim Martins
Ricardo Manuel de Araújo Catarino

FISCAL ÚNICO

Crisóstomo Aquino de Barros (ROC)

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas:

Em cumprimento das obrigações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão e Contas relativas ao ano de 2002.

1.

O ano de 2002 foi um ano de grandes mudanças na vida do País, com efeitos significativos no sector das obras públicas: à mudança de Governo, sucederam-se políticas subordinadas ao objectivo prioritário do reequilíbrio das contas públicas, para satisfação dos compromissos comunitários, com restrições orçamentais ao nível dos órgãos centrais e autárquicos, arrastando a diminuição de abertura de concursos públicos, com consequências cada vez mais expressivas na redução de adjudicações. Este inesperado cenário, sobretudo pela dimensão que atingiu, alterou profundamente os nossos pressupostos orçamentais para 2002. Por outro lado, manteve-se a já antes generalizada negligência no cumprimento dos prazos de pagamento dos trabalhos executados, provocando acréscimo ilegítimo de custos que desequilibram as empresas, sobretudo na situação actual de manifesto abrandamento estrutural da procura, com a inevitável deterioração dos preços. A produtividade que se vai pretendendo constituir, e bem, em desígnio nacional, não pode deixar de ser afectada por estas anomalias que, em coerência, devem ser eliminadas com urgência.

2.

Naquele contexto, vimos frustradas expectativas fundamentadas de ganhos de trabalho, a rondarem os 50 milhões de euros, seja por adiamentos, sem prazo, de adjudicações para as quais nos encontramos bem posicionados nos resultados dos respectivos concursos, seja, nomeadamente, por decisão surpreendente e controversa no domínio das concessões rodoviárias, a suscitar discussão litigiosa.

Ao mau ano em termos de produção de obra, corresponderam naturalmente resultados operacionais fracos, apesar do apertado controlo de exploração, desenvolvido com absoluta salvaguarda do respeito devido aos legítimos e esperados interesses dos nossos colaboradores, por imperativo da nossa cultura empresarial. A reestruturação funcional efectuada em 2001, enriquecida pelos efeitos da transição do nosso Sistema da Qualidade para a NP EN ISO 9001:2000, operada em 2002 e certificada em princípios de 2003, já evidencia ganhos de eficácia operacional e de gestão geral, indispensáveis aos desafios crescentes da irreversível economia global.

3.

Em consequência, temos vindo a reforçar cada vez mais a nossa aposta no estrangeiro, criando empresas de direito local, devidamente enraizadas e aproveitando toda a nossa experiência.

4.

Em fins de 2002 decidimos alienar a nossa participação nas “brisinhas”, concretizada nas posições detidas na Auto Estradas do Atlântico, SA e na Oesterota – Concessões Rodoviárias de Portugal, SA, com celebração do respectivo contrato de promessa de compra e venda, perante proposta vantajosa em razão do preço e do contexto geral do negócio. Os significativos valores envolvidos, compensam razoavelmente os elevados encargos, em investimentos e custos financeiros, suportados nos exercícios passados recentes, e, implicando modificações na estrutura do património da empresa, têm consequências no desenho da reestruturação do grupo oportunamente anunciada e que estão a merecer cuidado estudo, designadamente pelo que reporta ao alargamento a outras áreas de negócio.

5.

A nossa sucursal de Angola desenvolveu trabalho meritório, em particular pelo trabalho de colaboração com a nossa sociedade CONDURIL ENGENHARIA ANGOLA, LDA que concretizou o seu primeiro ano de actividade, prometendo forte e sustentada expansão, a justificar o grande esforço de enraizamento local a que procedemos de forma alongada e consistente, e a merecer-nos a atenção e interesse adequados à sua crescente dimensão relativa no seio do grupo.

Em Moçambique, a ENOP – ENGENHARIA E OBRAS PÚBLICAS, LDA teve um bom desempenho, consolidando a sua penetração no mercado mais alargado, tanto em termos geográficos como na diversidade dos trabalhos produzidos, e constituindo já uma unidade importante do nosso grupo.

Também em Moçambique, criámos, no exercício, a sociedade MABALANE INERTES, LDA com o objecto social de exploração e comercialização de inertes e que iniciou a actividade já em 2003, ainda que precariamente, por alguns obstáculos burocráticos em fase de superação.

A actividade das empresas do grupo será, nos termos da Lei, objecto do Relatório de Gestão e Contas Consolidadas.

6.

Já se deixou nota de que 2002 foi um ano difícil e de que se espera que 2003 seja melhor: há fundamentadas expectativas de bom desempenho das nossas empresas de Angola e de Moçambique e, também em Portugal, se espera que a actividade produtiva possa desenvolver-se sem constrangimentos tão fortes, favorecida pelo enquadramento no maior desanuviamento de encargos financeiros. Perspectiva-se, para 2003, o valor de produção de 75 milhões de euros, com parte significativa a realizar no estrangeiro.

Ao longo do ano, procurámos obter ganhos de eficiência e de qualidade e intensificámos a participação nos concursos, para afrontar os preços suicidas praticados no mercado em quebra estrutural da procura. Todas as obras acabadas no ano, ocorreram dentro dos respectivos prazos.

7.

Não foi ainda possível arrumar definitivamente as conturbadas contas da obra Ponte de Santarém que, após insatisfatório e parcial contencioso, com influência nos resultados operacionais dos dois últimos anos, mantém ainda pendente a liquidação de um valor significativo, circunstância que agravou a situação de tesouraria já deteriorada pelos constantes atrasos nos pagamentos pela generalidade das entidades públicas nossas devedoras, e particularmente relevante na fase do ciclo de participação no negócio das concessões em que os financiamentos crescem e o investimento capitaliza sem retorno.

O resultado da venda dos activos líquidos ligados à participação no negócio das “brisinhas”, constituindo a remuneração esperada dos investimentos efectuados, proporcionou que o resultado líquido do exercício atingisse o valor positivo líquido de 1 050 499 euros. Libertada deste ciclo pesado de forte investimento com custos financeiros correntes significativos, ficam substancialmente propiciadas condições para novos empreendimentos.

8.

Cientes de que a produtividade tem necessariamente de aumentar, e que isso exige os contributos dos meios técnicos e humanos, continuámos a apostar num esforço sério de formação que, no exercício, se traduziu em 40 acções de formação internas e externas, envolvendo um total de 1860 horas para 217 pessoas, enquadradas pelos processos e procedimentos resultantes da transição do nosso Sistema da Qualidade para a NP EN ISO 9001:2000.

Os custos com o pessoal totalizaram 10.83 milhões de euros e integram o reforço de 236 000 euros para o Fundo de Pensões Conduril que, à data do fecho do exercício, atingia o montante de 2.02 milhões de euros, apesar do decréscimo da rentabilidade dos seus activos de -8.4%. O nosso fundo de pensões é o sinal mais evidente das preocupações sociais que temos sempre presentes e, em particular, em momentos difíceis da sociedade como o que estamos a atravessar.

9.

Mantiveram-se em carteira 200 000 acções próprias, transitadas de anos anteriores, por não ter ocorrido oportunidade de transacção com interesse.

10.

Pelas razões que se deixaram sumariadas, o exercício de 2002 decorreu abaixo das previsões. Constituindo, porém, preocupação fundamental da nossa política de dividendos, o esforço de remuneração do capital accionista, propomos que o resultado líquido de 1 050 499 euros, tenha a aplicação seguinte:

- a. 198 000 € - para dividendos, a que corresponde 0.11 € por acção;
- b. 53 000 € - para reforço da reserva legal;
- c. 799 499 € - para reservas livres

11.

Num exercício que foi difícil, mais se impõe o registo do apreço que merece a colaboração dos nossos clientes, bancos e fornecedores que ajudaram ao desempenho do nosso mandato.

Também a colaboração dos órgãos sociais merece, uma vez mais, os nossos agradecimentos. Aos trabalhadores da CONDURIL fica o reconhecimento de mais um ano de bom e dedicado trabalho.

Ermesinde, 24 de Fevereiro de 2003

3. Demonstração dos fluxos de caixa

		unid. Euro
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	54 729 855	
Pagamentos a fornecedores	-41 181 271	
Pagamentos ao pessoal	-12 544 874	
Fluxo gerado pelas operações	1 003 710	
Pagamento de imposto sobre o rendimento	-755 556	
Outros receb/ pag. relativos à actividade operacional	3 588 599	
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	3 836 753	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	-327 252	
Fluxos das actividades operacionais (1)		3 509 501
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	3 231 947	
Imobilizações corpóreas	115 736	3 347 683
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	-6 887 554	
Imobilizações corpóreas	-547 887	-7 435 411
Fluxos das actividades de investimento (2)		-4 087 758
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	4 587 556	
Juros e custos similares	1 843 340	6 430 896
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	-4 138 529	
Dividendos	-306 000	
Juros e custos similares	-2 413 810	-6 858 339
Fluxos da actividades de financiamento (3)		-427443
Variação de caixa e seus equivalentes (1) + (2) + (3)		-1 005 700
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 110 709
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 105 009

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

2. Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

	2002	2001
Numerário	78 079	24 889
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	1 026 930	2 085 820
Disponibilidades constantes do balanço	1 105 009	2 110 709

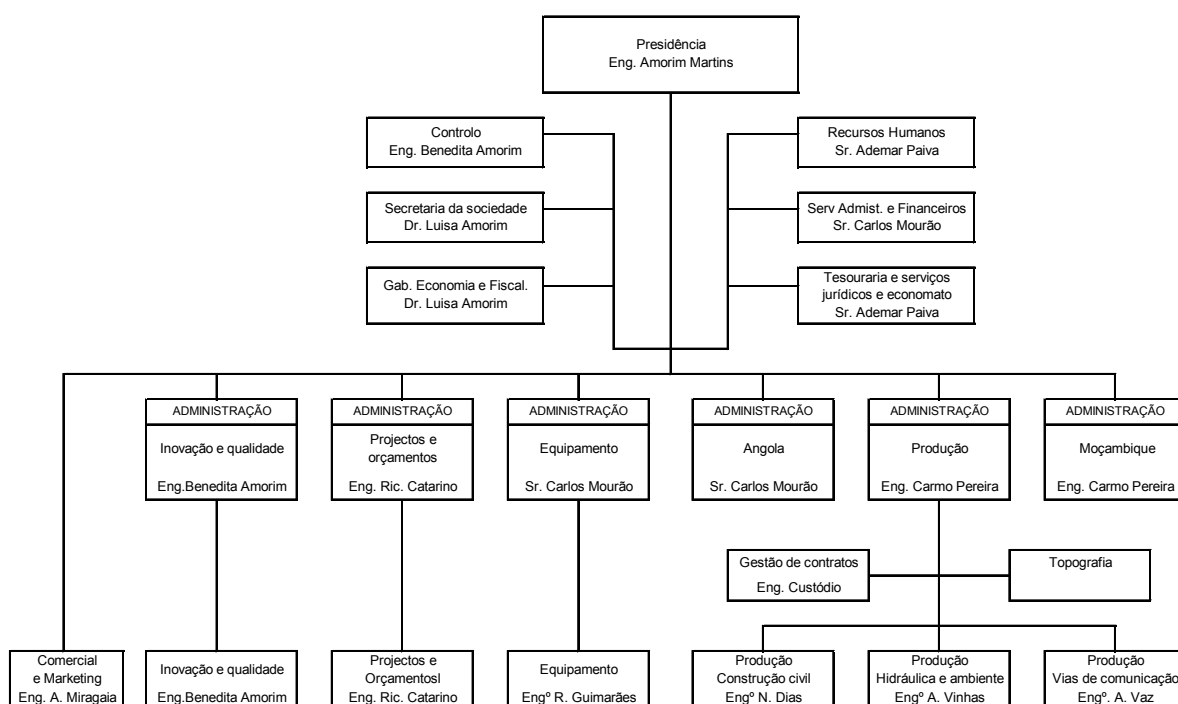
NOTAS: Relativamente aos números 1, 3, 4 e 5 nada há a referir.

4. RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA **CONDURIL, S.A.**

Em cumprimento das normas do Regulamento da CMVM nº. 7/2001, presta-se a seguinte informação:

Capítulo I – Divulgação de informação

1. A repartição de competências, no quadro do processo de decisão empresarial, está representada no organigrama seguinte:



2. O movimento bolsista foi reduzido em 2002, facto para que também terá contribuído a situação do mercado de capitais em geral.
3. A política de dividendos tem por objectivo fundamental a boa remuneração do capital investido pelos accionistas, numa repartição de resultados adequada à continuidade do progresso da empresa.
4. Não existem planos de atribuição de acções e ou de opções de aquisição de acções.
5. A nossa informação financeira fundamental é divulgada no site da CMVM.:
6. Incumbe ao Gabinete de Economia e Fiscalidade o préstimo da informação solicitada pelos investidores, sendo contactável pelos endereços da empresa.

Capítulo II – Exercício do direito de voto e representação dos accionistas

A cada 100 acções corresponde um voto e podem participar nas assembleias os accionistas que mostrem ter, até 10 dias antes da data da Assembleia, acções que confirmam esse direito, podendo fazer-se representar, mediante carta dirigida ao presidente da assembleia geral.

O direito de voto pode ser exercido por correspondência desde que recebido na antevéspera do dia da assembleia, dirigido ao presidente da assembleia geral, em sobrescrito fechado, para garantia da confidencialidade do voto.

Capítulo III – Regras societárias

1. Não existem regulamentos internos nem código de conduta, respeitantes à matéria de conflito de interesses, sigilo e incompatibilidades. A experiência da vida societária tem-nos mostrado que a Lei, o direito consuetudinário e a cultura da empresa têm sido suficientes.
2. Existe uma Comissão de Análise dos Contratos, constituída pelos administradores de todos os pelouros envolvidos nos contratos de construção que a empresa subscreve, tendo por finalidade verificar, designadamente, se os requisitos estão adequadamente definidos e documentados e se estão salvaguardadas as capacidades necessárias à sua satisfação.
3. Não há acordos parassociais conhecidos, nem qualquer limitação ao exercício dos direitos de voto, nem existem direitos especiais de qualquer accionista.

Capítulo IV – Órgão de administração

1. A administração da sociedade é exercida pelo Conselho de Administração constituído por um presidente e seis administradores executivos, todos em dedicação completa e carreiras profissionais feitas na empresa.
2. Para actuação em áreas específicas da gestão, existem os órgãos seguintes:

Conselho Estratégico: constituído por três administradores tem, por responsabilidade fundamental, o acompanhamento do Plano Estratégico em execução, com incumbência de relatórios de situação e de propostas de ajuste.

Comissão de Análise dos Contratos: caracterizada no ponto 2 do Capítulo III, deste relatório.

Comissão de Vencimentos: constituída por três accionistas eleitos em assembleia geral para atribuição das remunerações dos membros dos órgãos sociais.

3. Não existe comissão executiva. O Conselho de Administração reúne, em regra, duas vezes por mês (em 2002 reuniu 24 vezes), com convocatória prévia que inclui a agenda fixada pelo seu presidente.
4. Para além do Conselho de Estratégia, que assume funções de controlo da execução do Plano Estratégico, existe a função de controlo da produtividade industrial exercida por um administrador, com reuniões mensais com os directores de produção.
5. As remunerações dos administradores são fixadas pela Comissão de Vencimentos, sem subordinação a resultados ou à evolução da cotação das acções.

CONTAS INDIVIDUAIS

- BALANÇO
- DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
- ANEXOS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

BALANÇO ANALÍTICO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002

ACTIVO	2002			2001
	AB	AP	AL	AL
IMOBILIZADO				
Imobilizações incorpóreas				
Propriedade industrial e outros direitos	21 049		21 049	21 049
	<u>21 049</u>		<u>21 049</u>	<u>21 049</u>
Imobilizações corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	6 532 183		6 532 183	5 147 183
Edifícios e outras construções	6 945 689	2 391 859	4 553 830	4 606 918
Equipamento básico	23 507 960	22 344 282	1 163 677	1 444 964
Equipamento de transporte	5 424 325	5 094 809	329 516	425 209
Ferramentas e utensílios	642	642	0	4 559
Equipamento administrativo	621 681	471 469	150 212	144 614
Imobilizações em curso	937 002		937 002	750 008
	<u>43 969 481</u>	<u>30 303 061</u>	<u>13 666 419</u>	<u>12 523 455</u>
Investimentos financeiros				
Partes de capital em empresas do grupo	2 528 692		2 528 692	2 580 517
Empréstimos a empresas do grupo	45 242		45 242	45 242
Títulos e outras aplicações financeiras	327 274		327 274	5 191 357
Outros empréstimos concedidos				5 716 613
	<u>2 901 208</u>		<u>2 901 208</u>	<u>13 533 729</u>
CIRCULANTE				
Existências				
Matérias primas subs. e consumo	1 542 340	33 420	1 508 920	1 407 565
Produtos e trabalhos em curso	4 203 871		4 203 871	9 572 061
	<u>5 746 211</u>	<u>33 420</u>	<u>5 712 791</u>	<u>10 979 626</u>
Dívidas de terceiros - curto prazo				
Clientes c/c	27 250 492		27 250 492	34 654 650
Clientes c/ retenção de garantias	2 611 327		2 611 327	2 736 172
Estado e outros entes públicos	57 694		57 694	
Outros devedores	16 122 762		16 122 762	1 192 441
	<u>46 042 275</u>		<u>46 042 275</u>	<u>38 583 263</u>
Depósitos bancários e caixa				
Depósitos bancários	1 026 931		1 026 931	2 085 820
Caixa	78 079		78 079	24 889
	<u>1 105 009</u>		<u>1 105 009</u>	<u>2 110 709</u>
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
Acréscimos de proveitos	1 967 010		1 967 010	1 903 353
Custos diferidos	291 144		291 144	723 989
	<u>2 258 154</u>		<u>2 258 154</u>	<u>2 627 342</u>
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES		<u>30 303 061</u>		
TOTAL DE PROVISÕES		<u>33 420</u>		
TOTAL DO ACTIVO	<u>102 043 387</u>	<u>30 336 481</u>	<u>71 706 906</u>	<u>80 379 172</u>

BALANÇO ANALÍTICO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	2002	2001
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital	10 000 000	10 000 000
Acções Próprias		
Valor nominal	(1 000 000)	(1 000 000)
Descontos e prémios	50 000	50 000
Reservas de reavaliação	6 832 719	9 157 499
Reservas		
Reservas legais	732 856	688 316
Reservas livres	2 745 584	2 205 394
Resultados transitados	2 324 779	
	21 685 939	21 101 209
Resultado líquido do exercício	1 050 499	890 730
	Total do capital próprio	21 991 939
	22 736 438	21 991 939
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo		
Outros empréstimos obtidos	10 000 280	9 876 198
	10 000 280	9 876 198
Dívidas a terceiros - Curto prazo		
Dívidas a instituições de crédito	15 317 443	17 376 088
Fornecedores c/c	14 797 417	20 331 213
Fornecedores - facturas em recepção e conferência	150 787	462 390
Fornecedores - títulos a pagar	1 647 540	1 669 236
Fornecedores de imobilizado c/c	402 223	301 668
Estado e outros entes públicos	1 299 011	2 151 258
Outros credores	1 514 204	538 346
	35 128 624	42 830 200
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
Acréscimos de custos	948 112	853 499
Proveitos diferidos	2 893 452	4 827 335
	3 841 564	5 680 834
	Total do passivo	58 387 233
	48 970 468	58 387 233
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	80 379 172
	71 706 906	80 379 172

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

<u>CUSTOS E PERDAS</u>	<u>2 002</u>		<u>2001</u>	
Custo das mercadorias vendidas e das mat.cons.				
Matérias	9 737 833	9 737 833	12 161 691	12 161 691
Fornecimentos e serviços externos		25 676 898		35 316 947
Custos com o pessoal				
Remunerações	8 122 750		8 625 985	
Encargos sociais				
Pensões	236 000		160 934	
Outros	2 478 457	10 837 207	1 869 554	10 656 473
Amortiz.imobilizado corpóreo e incorpóreo		1 234 506		1 743 831
Impostos	330 320		653 102	
Outros custos operacionais	2 020 633	2 350 954	1 011 844	1 664 945
(A)		49 837 397		61 543 888
Perdas em empresas do grupo e associadas	688 842			
Juros e custos similares				
Outros	1 608 573	2 297 415	1 948 805	1 948 805
(C)		52 134 813		63 492 693
Custos e perdas extraordinários		337 510		219 580
(E)		52 472 323		63 712 273
Imposto s/ rendimento do exercício		695 776		729 664
(G)		53 168 099		64 441 937
Resultado líquido do exercício		<u>1 050 499</u>		<u>890 730</u>
		<u>54 218 598</u>		<u>65 332 667</u>
<u>PROVEITOS E GANHOS</u>				
Vendas				
Produtos	255 000		427 980	
Prestações de serviços	46 945 852	47 200 852	62 154 347	62 582 327
Varição da produção		-5 368 190		-1 029 993
Trabalhos para a própria empresa		426 138		610 248
Proveitos suplementares	446 755		206 189	
Outros proveitos operacionais	2 548 957	2 995 712	1 136 367	1 342 556
(B)		45 254 512		63 505 138
Ganhos em empresas do grupo e associadas	43 609			
Rendimentos de participação de capital				
Outros	892 698	936 307	1 543 950	1 543 950
(D)		46 190 819		65 049 088
Proveitos e ganhos extraordinários		8 027 779		283 578
(F)		<u>54 218 598</u>		<u>65 332 667</u>
Resultados operacionais		(B) - (A)	- 4 582 886	1 961 251
Resultados financeiros		(D - B) - (C-A)	- 1 361 108	- 404 855
Resultados correntes		(D) - (C)	- 5 943 994	1 556 396
Resultados antes de impostos		(F) - (E)	1 746 275	1 620 394
Resultado líquido do exercício		(F) - (G)	1 050 499	890 730

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS por funções

unid Euro

	Exercício	
	2 002	2 001
Vendas e prestações de serviços	47 200 852	62 582 327
Custo das vendas e das prestações de serviços	49 423 968	57 514 930
Resultados brutos	-2 223 116	5 067 397
Outros proveitos e ganhos operacionais	4 324 805	3 498 008
Custos de distribuição		
Custos administrativos	3 431 140	3 394 005
Outros custos e perdas operacionais	3 077 343	2 322 611
Resultados operacionais	- 4 406 794	2 848 789
Custo líquido de financiamento	1 219 218	1 510 718
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	- 57 080	
Ganhos (perdas) em outros investimentos	7 429 367	
Resultados não usuais ou não frequentes		
Resultados correntes	1 746 275	1 338 071
Impostos sobre os resultados correntes	154 770	616 170
Resultados correntes após impostos	1 591 505	721 901
Resultados extraordinários		282 323
Impostos sobre os resultados extraordinários	541 006	113 494
Resultados líquidos	1 050 499	890 730
Resultados por acção	0.58	0.49

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS – unid. Euro

1. As demonstrações financeiras foram elaboradas segundo a convenção dos custos históricos (modificada pela reavaliação do Imobilizado Corpóreo) e de acordo com os princípios contabilísticos definidos no Plano Oficial de Contabilidade.
2. A empresa optou por não reconhecer os ajustamentos referentes a saldos de activos por impostos diferidos e de passivos por impostos diferidos relativos a situações ocorridas em data anterior à data de entrada em vigor da directriz contabilística nº 28 – Imposto sobre o rendimento.
3. CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS ADOPTADOS
 - Imobilizações Incorpóreas: valorizadas ao custo de aquisição.
 - Imobilizações Corpóreas: valorizadas ao custo de aquisição, acrescidas dos valores resultantes das reavaliações efectuadas, líquidas das amortizações acumuladas.
As amortizações foram efectuadas pelo método das quotas constantes e dentro dos limites das taxas legalmente fixadas, com excepção dos equipamentos afectos a determinadas empreitadas, aos quais, considerando sofrerem um desgaste superior ao normal, foi aplicado o método das quotas degressivas. As imobilizações adquiridas em estado de uso, sofreram taxas calculadas em função da vida útil estimada dos bens.
 - Investimentos financeiros: os investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas são registados pelo método da equivalência profissional, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido ao valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportando à data de aquisição. Os restantes investimentos são valorizados ao preço de compra.
 - Existências: valorizadas do seguinte modo:
 - Matérias primas, subsidiárias e de consumo: 321 607 € – custo de aquisição
1 220 733 € – custo médio de aquisição
 - Produtos e trabalhos em curso – preço do caderno de encargos que inclui matérias primas, mão de obra e gastos gerais industriais.
4. Cotações utilizadas para a conversão em euros das contas originariamente expressas em moeda estrangeira: Kz - câmbio do \$USD - 0.9555 euros.
6. Caso a empresa tivesse optado pelo registo do valor dos activos e passivos por impostos diferidos (ver nota nº. 2), o impacto seria: débito de 2127 milhares de euros em Reservas de reavaliação, crédito de 92 milhares de euros em Imposto sobre o rendimento e crédito de 2035 milhares de euros em Acréscimos e diferimentos – passivos por impostos diferidos.
7. Número médio de pessoas ao serviço da empresa: 546.
10. Os movimentos ocorridos durante o presente exercício na rubrica de imobilizações e respectivas amortizações foram os seguintes:

ACTIVO BRUTO

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Imobilizações Incorpóreas				
Prop. industrial e outros direitos	21 049			
	21 049			21 049
Imobilizado Corpóreo				
Terrenos e recursos naturais	5 147 183	1 385 000		6 532 183
Edifícios e outras construções	6 702 378	243 311		6 945 689
Equipamento básico	25 040 479	595 488	2 128 007	23 507 960
Equipamento de transporte	5 426 202	463 329	465 206	5 424 325
Ferramentas e utensílios	8 076		7 434	642
Equipamento administrativo	584 754	78 482	41 556	621 680
Imobilizações em curso	750 008	426 334	239 340	937 002
	43 659 080	3 191 944	2 881 543	43 969 481
Investimentos Financeiros				
Partes capital em empresas grupo	2 580 517	5 255	57 080	2 582 692
Empréstimos a empresas do grupo	45 242			45 242
Títulos e outras aplic. financeiras	5 191 357		4 864 083	327 274
Outros empréstimos concedidos	5 716 613	401 734	6 118 347	
	13 533 729	406 989	11 039 510	2 901 208

AMORTIZAÇÕES

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
Imobilizações Incorpóreas				
Imobilizações Corpóreas				
Edifícios e outras construções	2 095 460	309 524	13 125	2 391 859
Equipamento básico	23 595 514	610 134	1 861 365	22 344 283
Equipamento de transporte	5 000 993	254 437	160 621	5 094 809
Ferramentas e utensílios	3 517		2 876	642
Equipamento administrativo	440 140	63 287	31 958	471 469
	31 135 624	1 237 382	2 069 945	30 303 062

12. Reavaliações efectuadas até à data:

Dec.Lei nº. 430/78, de 27 de Dezembro

Dec.Lei nº. 111/88, de 2 de Abril

Dec.Lei nº. 219/82, de 2 de Junho

Dec.Lei nº. 49/91, de 25 de Janeiro

Dec.Lei nº. 399/G/84, de 28 de Dezembro

Dec.Lei nº. 264/92, de 24 de Novembro

Dec.Lei nº. 118/B/86, de 27 de Maio

Dec.Lei nº. 31/98, de 11 de Fevereiro

Para além destas reavaliações, procedeu-se ainda a uma reavaliação livre de Terrenos e Edifícios com referência a 31.12.2001

13. Quadro discriminativo das reavaliações

Rubricas	Custos históricos (a)	Reavaliações (a) e (b)	Valores contabilísticos reavaliados (a)
Imobilizações Corpóreas			
Terrenos e recursos naturais	2 797 035	3 735 148	6 532 183
Edifícios e outras construções	1 900 949	2 652 881	4 553 830
Equipamento básico	1 163 677		1 163 677
Equipamento de transporte	329 517		329 517
Equipamento administrativo	149 324	888	150 212
	6 340 502	6 388 917	12 729 419

a) Líquidos de amortizações

b) Englobam as sucessivas reavaliações líquidas de amortizações

15. Bens utilizados em regime de locação financeira, adquiridos de 1997 a 2002

Valor de aquisição	Amortizações acumuladas	Valor contabilístico
2 047 811	1 536 171	511 640

16. Dados relativos a empresas do grupo

Firma e sede	Fracção de capital detido	Capital próprio	Resultado do Exercício
Enop – Engenharia e Obras Públicas, Lda. Av. ^a . 25 de Setembro, 1123-10º Maputo - Moçambique	60%	1 559 998	72 682
Conduril – Engenharia (Angola), Lda. R. Kima Kyenda 2 - IL Luanda - Angola	99%	1 603 472	-355 303
Mabalane – Inertes, Lda. Av. ^a . 25 de Setembro, 1123-10º Maputo - Moçambique	55%		a)

a) – com início de actividade em 2003.

28. Não existem dívidas em mora ao Estado nem a outros entes públicos.

32. Garantias definitivas obtidas de 45 369 734 € apresentadas a clientes.

34. Movimentos ocorridos nas contas de provisões:

Contas	Saldo inicial	Saldo final
39 - Provisão p/ depreciação de existências Materiais de consumo	33 420	33 420

36. O capital está representado por 2 000 000 de ações escriturais de valor nominal de 5 € cada.

39. Variação das reservas de reavaliação ocorridas no exercício

Contas	Saldo inicial	Diminuição	Saldo final
Reservas de reavaliação			
Dec. Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro	2 687 870	2 324 779	363 091
Reserva de reavaliação livre	6 469 629		6 469 629

40. Outros movimentos ocorridos no exercício nas rubricas de capitais próprios:

Contas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	unid. Euro
				Saldo final
51 - Capital	10 000 000			10 000 000
52 - Ações próprias				
521 - Valor nominal	(1 000 000)			(1 000 000)
522 - Descontos e prémios	50 000			50 000
56 - Reservas de reavaliação	9 157 499		2 324 779	6 832 719
57 - Reservas				
571 - Reservas legais	688 316	44 540		732 856
574 - Reservas livres	2 205 394	540 190		2 745 584
59 - Resultados transitados		2 324 779		2 324 779
88 - Resultados líquidos	890 730	1 050 499	890 730	1 050 499

41. Demonstração do custo das matérias consumidas, como segue:

Movimentos	Matérias primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	1 440 985
Compras	9 838 188
Existências finais	1 542 340
Custo no exercício	9 737 833

42. Demonstração da variação da produção, como segue:

Movimentos	Produtos e trabalhos em curso
Existências finais	4 203 871
Existências iniciais	9 572 061
Diminuição no exercício	-5 368 190

Demonstração do custo da prestação de serviços, como segue:

Movimentos	Prestações de Serviços
Existências iniciais	
Entradas provenientes da produção	48 997 830
Regularização de existências	
Saída para a produção e imobilizado	426 138
Existências finais	
Custos das vendas e prestações de serviços	49 423 968

43. Remunerações atribuídas a membros dos Órgãos Sociais

Conselho de Administração	-	496 543 €
Fiscalização	-	13 943 €

44. As Vendas e Prestações de Serviços respeitam a:

mercado interno	-	40 953 371 €
mercado externo	-	5 881 354 €

45. Demonstração dos resultados financeiros, como segue:

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2002	2001		2002	2001
681 - Juros suportados	1 311 307	1 593 585	781 - Juros obtidos	781 357	1 309 156
682 - Perdas empresas do grupo	688 842		782 - Ganhos emp.grupo	43 609	
685 - Dif. câmbio desfavoráveis	44 334	60 772	785 - Dif.câmbio fav.	80 170	156 704
688 - Outros custos e perdas	252 933	294 448	786 - Desc. p.p. obtidos	23 776	39 965
Resultados financeiros	-1 361 108	-404 855	788 - Out. prov. e ganhos	7 396	38 125
	936 308	1 543 950		936 308	1 543 950

46. Demonstração dos resultados extraordinários, como segue:

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2002	2001		2002	2001
691 - Donativos	4 274	9 328	794 - Ganhos em imobilizações	7 398 990	1 255
694 - Perdas em imobilizações	14 639	8 707	795 - Indemniz. seguros	40 046	214 812
695 - Multas e penalidades	32 524	17 255	797 - Cor. Rel. Ex. Anteriores	588 153	
697 - Cor.rel. exerc.anteriores	61 802	132 028	798 - Outros proveitos e ganhos extraordinários	590	67 511
698 - Outros custos e perdas extraordinários	224 271	52 262			
Resultados extraordinários	7 690 269	63 998			
	8 027 779	283 578		8 027 779	283 578

48. Do papel comercial contratado de 10 000 000 €, já se utilizaram 10 000 000 €.

NOTA: Relativamente aos números 5, 8, 9, 11, 14, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 33, 35, 37, 38 e 47, nada há a referir.

Ermesinde, 24 de Fevereiro de 2003

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis apresento o meu Relatório e Parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e as Contas individuais da CONDURIL - Construtora Duriense, S.A., relativos ao exercício de 2002.

No decurso deste acompanhei a actividade desenvolvida pela Empresa através de contactos com o Conselho de Administração bem como da leitura das actas das suas reuniões, dispus de toda a documentação que julguei necessária e obtive os esclarecimentos solicitados.

Os controlos, verificações e análises que realizei confirmam os valores constantes das demonstrações financeiras e permitem afirmar que os documentos de prestação de contas, designadamente o Relatório do Conselho de Administração, são adequados à compreensão da situação da Empresa no fim do exercício e satisfazem o que a lei exige sobre a matéria.

Emiti a certificação legal das contas com reservas, a qual se considera fazendo parte deste relatório, e em consequência manifesto que é minha convicção que deverão ser aprovados o Relatório e Contas individuais, relativos ao exercício de 2002, apresentados pelo Conselho de Administração, e que a Proposta de aplicação dos resultados está em condições de ser apreciada.

Linda-A-Velha, 14 de Março de 2003

O Fiscal Único

Crisóstomo Aquino de Barros

CRISÓSTOMO AQUINO DE BARROS

R.O.C. inscrito com o n.º 78

Rua João Chagas, 159-3-E

Linda-A-Velha

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras anexas de CONDURIL – Construtora Duriense, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2002 (que evidencia um total de 71 706 905 euros e um total de capital próprio de 22 736 437 euros, incluindo um resultado líquido de 1 050 498 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - * a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - * a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - * a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - * a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

RESERVAS

6. A Empresa, em acto conjunto com outros promitentes vendedores, celebrou um contrato de promessa de compra e venda das participações de capital que detém na Auto-Estradas do Atlântico – Concessões Rodoviárias de Portugal, S.A. e na Oesterota - Concessões Rodoviárias de Portugal, S.A., e de cessão dos suprimentos de que é credora nas duas citadas sociedades.. O contrato de promessa de compra e venda e de cessão celebrado é irrevogável para os promitentes vendedores e, reciprocamente, irrevogável para os promitentes compradores, tendo em conformidade a Empresa considerado as operações de compra e venda e de cessão como efectivadas, independentemente do contrato definitivo. Este, porém, está dependente do consentimento do Concedente das auto-estradas na zona Oeste de Portugal e dos Bancos Financiadores, para a compra e venda, e daquele mesmo Concedente, para a cessão das posições contratuais dos promitentes vendedores nos Agrupamentos de empresa de que os promitentes vendedores e compradores fazem parte e que se apresentaram como concorrentes em Concursos Pendentes, pelo que não é neste momento possível concluir quanto à efectivação das operações acima descritas e à consequente mais-valia de 7 384 029 euros contabilizada.

OPINIÃO

7. Em minha opinião, excepto quanto aos efeitos da situação mencionada no parágrafo anterior, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de CONDURIL – Construtora Duriense, S.A. em 31 de Dezembro de 2002, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Linda-A-Velha, 14 de Março de 2003

Crisóstomo Aquino de Barros

Ledo, Morgado e Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 da Conduril – Construtora Duriense, S.A. (Empresa), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2002 que evidencia um total de 71.706.906 Euros e capitais próprios de 22.736.438 Euros, incluindo um resultado líquido de 1.050.499 Euros, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do

Ledo, Morgado e Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

5. A Empresa é parte integrante de um conjunto de entidades que em 27 de Dezembro de 2002 assinou um contrato promessa de compra e venda de acções e de cessão de suprimentos das sociedades “Auto-Estradas do Atlântico – Concessões Rodoviárias Portugal, S.A.” e “Oesterota – Concessões Rodoviárias de Portugal, S.A.”. Tendo por base este contrato, a Empresa registou a alienação das suas participações e cessão dos respectivos suprimentos, tendo esta operação gerado uma mais-valia de cerca de 7.384.000 euros. De acordo com o referido contrato, a compra e venda fica sujeita à verificação de três condições que, à data deste relatório, ainda não se tinham verificado na totalidade.

Opinião

6. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos do assunto descrito no parágrafo 5 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Conduril – Construtora Duriense, S.A. em 31 de Dezembro de 2002, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação financeira nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Porto, 24 de Fevereiro de 2003

LEDO, MORGADO E ASSOCIADOS, SROC
Representada por Jorge Bento Martins Ledo

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Aos Accionistas da
Conduril – Construtora Duriense, S.A.

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Conduril – Construtora Duriense, S.A. (Empresa), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2002, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do Conselho de Administração. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria daquelas demonstrações financeiras.
2. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites em Portugal, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Esta auditoria incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Esta auditoria incluiu igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.
3. A Empresa é parte integrante de um conjunto de entidades que em 27 de Dezembro de 2002 assinou um contrato promessa de compra e venda de acções e de cessão de suprimentos das sociedades “Auto-Estradas do Atlântico – Concessões Rodoviárias Portugal, S.A.” e “Oesterota – Concessões Rodoviárias de Portugal, S.A.”. Tendo por base este contrato, a Empresa registou a alienação das suas participações e cessão dos respectivos suprimentos, tendo esta operação gerado uma mais-valia de cerca de 7.384.000 euros. De acordo com o referido contrato, a compra e venda fica sujeita à verificação de três condições que, à data deste relatório, ainda não se tinham verificado na totalidade.
4. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos do assunto descrito no parágrafo 3 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de da Conduril – Construtora Duriense, S.A., em 31 de Dezembro de 2002, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Porto, 24 de Fevereiro de 2003

DELOITTE & TOUCHE

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
E CONTAS CONSOLIDADAS

Senhores Accionistas:

Em cumprimento das disposições legais e das normas de consolidação de contas, submetemos à apreciação de V.Ex^{as}. o Relatório Consolidado de Gestão e Contas Consolidadas relativas ao ano de 2002, apresentado em complemento ao Relatório de Gestão e Contas Individuais, e integrando a actividade das empresas do grupo.

ENOP – Engenharia e Obras Públicas, Lda.

Em cumprimento do plano estratégico, criaram-se, em 2002, instalações em Maputo e na Beira, estruturas constitutivas de pólos de desenvolvimento da acção da sociedade, alargando, assim, o objectivo inicial e prioritário de manutenção do perímetro irrigado do Chòkwé, no vale do Limpopo.

A produção ultrapassou o valor razoável de 3 milhões de euros, já com razoável diversificação em termos de trabalho desenvolvido, como de dispersão em termos de espaço geográfico de actuação. Os resultados do exercício, sofrendo os efeitos de uma concorrência própria do contexto de afirmação e de implantação que se vai evidenciando, quedou-se em 72 682 euros, mas deixando expectativas de melhoria de rentabilidade futura.

Ainda em execução do plano estratégico, constituímos a sociedade MABLANE – Inertes, Lda., com sede em Maputo e com o objecto social de exploração e comercialização de inertes, estando em fase de superação dos obstáculos burocráticos ao início de actividade a ritmo satisfatório. Espera-se que em 2003 a empresa possa laborar com regularidade e em contexto concertado com as nossas estruturas locais.

CONDURIL Engenharia (Angola), Lda.

O exercício de 2002 não decorreu em conformidade com as expectativas, designadamente pelo que respeita aos resultados gerados. Foi o primeiro ano de actividade, com investimentos e custos significativos de criação boas estruturas operacionais, mas com a surpresa do adiamento de algumas importantes obras que esperamos sejam adjudicadas em 2003.

O resultado negativo de 355 mil euros, relevando sobretudo do baixo volume de produção ocorrido em situação anormal, não influencia as boas perspectivas futuras, sustentadas no bom conhecimento que possuímos do mercado local.

A actividade da empresa mãe, CONDURIL Construtora Duriense, SA, consta do Relatório de Gestão e Contas individuais, que aqui se dão por transcritos.

Ermesinde, 24 de Fevereiro de 2003

BALANÇO ANALÍTICO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002

unid. Euro

ACTIVO	2002			2001
	AB	AP	AL	AL
IMOBILIZADO				
Imobilizações incorpóreas				
Propriedade industrial e outros direitos	128 065		128 065	21 049
	128 065		128 065	21 049
Imobilizações corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	6 532 183		6 532 183	5 147 183
Edifícios e outras construções	7 281 631	2 424 550	4 857 081	4 970 021
Equipamento básico	24 512 516	22 603 557	1 908 959	1 893 691
Equipamento de transporte	5 729 159	5 094 809	634 350	550 357
Ferramentas e utensílios	642	642		4 558
Equipamento administrativo	691 995	490 518	201 477	184 067
Outras imobilizações corpóreas	54 176	53 242	934	
Imobilizações em curso	965 803		965 803	750 008
	45 768 105	30 667 318	15 100 787	13 499 885
Investimentos financeiros				
Partes de capital em empresas do grupo	5 255		5 255	2276281
Títulos e outras aplicações financeiras	327 274		327 274	5 191 357
Outros empréstimos concedidos				5 716 613
	332 529		332 529	13 184 251
CIRCULANTE				
Existências				
Matérias primas subs. e consumo	1 598 252	33 420	1 564 832	1 450 503
Produtos e trabalhos em curso	4 203 871		4 203 871	10 591 049
	5 802 123	33 420	5 768 703	12 041 552
Dívidas de terceiros - curto prazo				
Clientes c/c	28 927 250	47 404	28 879 846	36 430 165
Clientes c/ retenção de garantias	2 802 277		2 802 277	2 831 308
Adiantamentos a fornecedores	20825		20 825	
Estado e outros entes públicos	92 814		92 814	17 256
Outros devedores	16 912 041		16 912 041	474 698
	48 755 207	47 404	48 707 803	39 753 427
Depósitos bancários e caixa				
Depósitos bancários	1 246 252		1 246 252	2 314 081
Caixa	81 769		81 769	26 285
	1 328 021		1 328 021	2 340 366
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
Acréscimos e proveitos	1 968 160		1 968 160	1 903 353
Custos diferidos	291 144		291 144	725 567
	2 259 304		2 259 304	2 628 920
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES				
		30 667 318		
TOTAL DE PROVISÕES				
		80 824		
TOTAL DO ACTIVO	104 373 354	30 748 142	73 625 212	83 469 450

BALANÇO ANALÍTICO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002

unid. Euro

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
	2002	2001
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital	10 000 000	10 000 000
Acções Próprias		
Valor nominal	(1 000 000)	(1 000 000)
Descontos e prémios	50 000	50 000
Reservas de reavaliação	7 317 609	9 796 303
Reservas		
Reservas legais	732 856	688 316
Reservas livres	2 745 584	2 205 394
Resultados transitados	2 090 773	196 532
	<u>21 936 822</u>	<u>21 936 545</u>
Resultado líquido do exercício	799 438	1 145 579
Total do capital próprio	<u>22 736 260</u>	<u>23 082 124</u>
INTERESSES MINORITÁRIOS	<u>640 033</u>	<u>498 450</u>
PASSIVO		
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo		
Outros empréstimos obtidos	10 000 280	9 876 198
	<u>10 000 280</u>	<u>9 876 198</u>
Dívidas a terceiros - Curto prazo		
Dívidas a instituições de crédito	15 317 443	17 376 088
Fornecedores c/c	15 258 285	20 357 898
Fornecedores - facturas em recepção e conferência	150 787	462 390
Fornecedores - títulos a pagar	1 647 540	1 669 236
Fornecedores de imobilizado c/c	402 222	301 668
Estado e outros entes públicos	1 756 429	2 557 811
Outros credores	1 577 689	1 056 174
	<u>36 110 395</u>	<u>43 781 265</u>
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
Acréscimos de custos	1 054 309	895 570
Proveitos diferidos	3 083 935	5 335 843
	<u>4 138 244</u>	<u>6 231 413</u>
Total do passivo	50 248 919	59 888 876
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO, DOS INTERESSES MINORITÁRIOS E DO PASSIVO	<u>73 625 212</u>	<u>83 469 450</u>

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

unid. Euro

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS			
	2 002		2001	
Custo das mercadorias vendidas e das mat.cons.				
Matérias	10 923 200	10 923 200	12 255 623	12 255 623
Fornecimentos e serviços externos		27 240 665		35 562 727
Custos com o pessoal				
Remunerações	7 950 099		8 808 842	
Encargos sociais				
Pensões	236 000		160 934	
Outros	2 405 494	10 591 593	1 882 379	10 852 155
Amortiz.imobilizado corpóreo e incorpóreo	1 411 862		1 934 001	
Provisões	23 711	1 435 573	28 487	1 962 488
Impostos	340 021		667 793	
Outros custos operacionais	2 020 633	2 360 654	1 011 844	1 679 637
(A)		52 551 685		62 312 630
Juros e custos similares				
Outros	1 646 268	1 646 268	1 956 188	1 956 188
(C)		54 197 953		64 268 818
Custos e perdas extraordinários		351 877		813 520
(E)		54 549 830		65 082 338
Imposto s/ rendimento do exercício		721 426		902 765
(G)		55 271 256		65 985 103
Interesses minoritários		25 520		169 899
Resultado consolidado líquido do exercício		799 438		1 145 579
		<u>56 096 214</u>		<u>67 300 581</u>
PROVEITOS E GANHOS				
Vendas				
Produtos	255 000		427 980	
Prestações de serviços	49 357 393	49 612 393	63 431 701	63 859 681
Variação da produção		- 5 368 190		-928 875
Trabalhos para a própria empresa		426 138		610 248
Proveitos suplementares		108 225	221 370	
Outros proveitos operacionais		2 915 084	1 136 367	1 357 737
(B)		47 693 650		64 898 791
Outros juros e proveitos similares				
Outros		917 172	1 544 792	1 544 792
(D)		48 610 822		66 443 583
Proveitos e ganhos extraordinários		7 485 392		856 998
(F)		<u>56 096 214</u>		<u>67 300 581</u>
RESUMO				
Resultados operacionais	(B) - (A)	- 4 858 035		2 586 161
Resultados financeiros	(D - B) - (C-A)	- 729 096		- 411 396
Resultados correntes	(D) -(C)	- 5 587 131		2 174 765
Resultados antes de impostos	(F) - (E)	1 546 384		2 218 243
Res. cons. c/os interesses minorit. do exercício	(F) - (G)	824 958		1 315 478

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS por funções

unid Euro

	Exercício	
	2 002	2 001
Vendas e prestações de serviços	49 612 393	63 859 681
Custo das vendas e das prestações de serviços	51 982 720	58 130 703
Resultados brutos	-2 370 327	5 728 978
Outros proveitos e ganhos operacionais	4 376 877	3 514 031
Custos de distribuição		
Custos administrativos	3 576 501	3 431 165
Outros custos e perdas operacionais	3 101 886	2 931 242
Resultados operacionais	- 4 671 837	2 880 602
Custo líquido de financiamento	1 251 453	1 518 103
Ganhos (perdas) em filiais e associadas		
Ganhos (perdas) em outros investimentos	7 429 367	
Resultados correntes	1 506 077	1 362 499
Impostos sobre os resultados correntes	175 420	683 916
Resultados correntes após impostos	1 330 657	678 583
Interesses minoritários	25 520	169 899
Resultados extraordinários	55 307	855 744
Impostos sobre os resultados extraordinários	561 006	218 849
Resultados líquidos	799 438	1 145 579
Resultados por acção	0.44	0.64

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

		unid. Euro
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	58 191 747	
Pagamentos a fornecedores	-43 496 222	
Pagamentos ao pessoal	-14 422 319	
Fluxo gerado pelas operações	273 206	
Pagamento de imposto sobre o rendimento	-756 778	
Outros receb/ pag. relativos à actividade operacional	4 728 257	
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	4 244 685	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	-739 607	
Fluxos das actividades operacionais (1)		3 505 078
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	3 231 947	
Imobilizações corpóreas	328 068	3 560 015
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	-6 887 554	
Imobilizações corpóreas	-547 887	-7 435 441
Fluxos das actividades de investimento (2)		-3 875 426
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	4 587 556	
Juros e custos similares	1 843 340	6 430 896
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	-4 138 529	
Dividendos	-306 000	
Juros e custos similares	-2 628 364	-7 072 893
Fluxos da actividades de financiamento (3)		-641 997
Variação de caixa e seus equivalentes (1) + (2) + (3)		-1 012 345
Caixa e seus equivalentes no início do período		2 340 366
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 328 021

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

2. Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

		unid. Euro	
		2002	2001
Numerário		81 769	26 285
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis		1 246 252	2 314 081
Disponibilidades constantes do balanço		1 328 021	2 340 366

NOTAS: Relativamente aos números 1, 3, 4 e 5 nada há a referir.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS
(unid. Euro)

I. Informações relativas às empresas incluídas na consolidação e a outras.

1. Dados relativos às empresas do grupo incluídas na consolidação

Firma e Sede	Fracção de capital detido	Razões de inclusão
CONDURIL – Construtora Duriense,SA	Empresa Mãe	DL.238/91artº1, nº1, alínea a)
ENOP – Engenharia e Obras Públicas,Lda. Maputo – Moçambique	60%	
CONDURIL Engenharia (Angola), Lda. Luanda - Angola	99%	

2. Dados relativos às empresas do grupo excluídas da consolidação

Firma e Sede	Fracção de capital detido	Razões da exclusão
MABALANE – Inertes, Lda. Maputo - Moçambique	55%	a)

a) – empresa com início de actividade em 2003.

7. Número médio de pessoas ao serviço da empresa: 597

III. Informações relativas aos procedimentos de consolidação

10. Diferenças de consolidação: não há.

IV. Informações relativas a compromissos

22. Garantias bancárias prestadas a terceiros: 45 369 734 €.

V. Informações relativas a políticas contabilísticas

23. A empresa optou por não reconhecer os ajustamentos referentes a saldos de activos por impostos diferidos e de passivos por impostos diferidos relativos a situações ocorridas em data anterior à data de entrada em vigor da directriz contabilística n.º 28 – Imposto sobre o rendimento.

Critérios de valorimetria aplicados

- Imobilizações Incorpóreas: valorizadas ao custo de aquisição.
- Imobilizações Corpóreas: valorizadas ao custo de aquisição, acrescidas dos valores resultantes das reavaliações efectuadas, líquidas das amortizações acumuladas.

As amortizações foram efectuadas pelo método das quotas constantes e dentro dos limites das taxas legalmente fixadas, com excepção dos equipamentos afectos a determinadas empreitadas, aos quais, considerando sofrerem um desgaste superior ao normal, foi aplicado o método das quotas degressivas. As imobilizações adquiridas em estado de uso, sofreram taxas calculadas em função da vida útil estimada dos bens.

- Investimentos financeiros: valorizados ao preço de compra.
- Existências: valorizadas do seguinte modo:

Matérias primas, subsidiárias e de consumo:

321 607 € - custo de aquisição

1 276 645 € - custo médio de aquisição

Produtos e trabalhos em curso: preço do caderno de encargos que inclui matérias primas, mão de obra e gastos gerais industriais.

24. Cotações utilizadas para a conversão em euros das contas originariamente expressas em moeda estrangeira:

Kz - câmbio do \$USD - 0.9555 euros

Meticais - câmbio do \$USD - 0.9555 euros

VI. Informações relativas a determinadas rubricas:

27. Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado e respectivas amortizações e provisões.

ACTIVO BRUTO

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Imobilizações Incorpóreas				
Prop. industrial e outros direitos	21 049	107 016		128 065
	21 049	107 016		128 065
Imobilizado Corpóreo				
Terrenos e recursos naturais	5 147 183	1 385 000		6 532 183
Edifícios e outras construções	7 084 592	261 370	64 330	7 281 632
Equipamento básico	25 632 674	1 155 109	2 275 267	24 512 516
Equipamento de transporte	5 551 350	661 132	483 323	5 729 159
Ferramentas e utensílios	8 076		7 434	642
Equipamento administrativo	633 984	109 610	51 599	691 995
Outras imobilizações corpóreas	63 455	1 401	10 680	54 176
Imobilizações em curso	750 008	455 134	239 340	965 802
	44 871 322	4 028 756	3 131 973	45 768 105
Investimentos Financeiros				
Partes de capital em empresas do grupo	2 276 281	5 255	2 276 281	5 255
Títulos e outras aplicações financeiras	5 191 357		4 864 083	327 274
Outros empréstimos concedidos	5 716 613	401 734	6 118 347	
	13 184 251	406 989	13 258 711	332 529

AMORTIZAÇÕES

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
Imobilizações Incorpóreas				
Imobilizações Corpóreas				
Edifícios e outras construções	2 114 571	326 321	16 342	2 424 550
Equipamento básico	23 738 983	759 016	1 894 441	22 603 558
Equipamento de transporte	5 000 993	254 437	160 621	5 094 809
Ferramentas e utensílios	3 518		2 876	642
Equipamento administrativo	449 917	74 497	33 895	490 519
Outras imobilizações corpóreas	63 455	467	10 680	53 242
	31 371 436	1 414 738	2 118 855	30 667 320

36. As Vendas e Prestações de Serviços respeitam a:
- mercado interno - 40 953 371 €
 - mercado externo - 8 221 148 €

39. Remunerações atribuídas a membros dos Órgãos Sociais
- Conselho de Administração - 671 239 €
 - Fiscalização - 13 943 €

41. Reavaliações efectuadas até à data:

Dec.Lei n.º 430/78, de 27 de Dezembro	Dec.Lei n.º 111/88, de 2 de Abril
Dec.Lei n.º 219/82, de 2 de Junho	Dec.Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro
Dec.Lei n.º 399/G/84, de 28 de Dezembro	Dec.Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro
Dec.Lei n.º 118/B/86, de 27 de Maio	Dec.Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro

Para além destas reavaliações, procedeu-se ainda a uma reavaliação livre de Terrenos e Edifícios com referência a 31.12.2001.

42. Quadro discriminativo das reavaliações

Rubricas	Custos históricos (a)	Reavaliações (a) e (b)	Valores contabilísticos reavaliados (a)
Imobilizações Corpóreas			
Terrenos e recursos naturais	2 797 035	3 735 148	6 532 183
Edifícios e outras construções	1 993 758	2 863 324	4 857 082
Equipamento básico	1 582 248	326 710	1 908 958
Equipamento de transporte	634 351		634 351
Equipamento administrativo	193 175	8 303	201 478
	7 200 567	6 933 485	14 134 052

a) Líquidos de amortizações

b) Englobam as sucessivas reavaliações líquidas de amortizações

44. Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2002	2001		2002	2001
681 - Juros suportados	1 312 610	1 593 585	781 - Juros obtidos	785 095	1 309 908
685 - Dif. câmbio desfavoráveis	49 792	60 772	785 - Dif.câmbio favoráveis	83 975	156 704
688 - Outros custos e perdas	283 866	301 830	786 - Desc. p.p. obtidos	23 776	39 965
Resultados financeiros	-729 096	-411 395	788 - Outros prov. e ganhos	24 326	38 125
	917 172	1 544 792		917 172	1 544 792

45. Demonstração dos resultados extraordinários

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2002	2001		2002	2001
691 - Donativos	4 274	9 328	794 - Ganhos em imobilizações	7 398 990	1 255
694 - Perdas em imobilizações	14 639	8 707	795 - Indemniz. seguros	40 046	214 812
695 - Multas e penalidades	32 524	17 255	797 - Correção exerc.anterior	45 765	
697 - Correção exerc.anterior	76 168	227 131	798 - Outros proveitos e ganhos extraordinários	590	640 931
698 - Outros custos e perdas extraordinários	224 271	551 098			
Resultados extraordinários	7 133 515	43 479			
	7 485 391	856 998		7 485 391	856 998

46. Movimentos ocorridos nas contas de provisões

Contas	Saldo	Aumentos	Diminuições	Saldo final
28 - Provisão para cobranças duvidosas	28 478	23 711	4 785	47 404
39 - Provisão p/ depreciação de existências Materiais de consumo	33 420			33 420

47. Bens utilizados em regime de locação financeira, adquiridos de 1997 a 2002

Valor de aquisição	Amortizações acumuladas	valor contabilístico
2 047 811	1 536 171	511 640

48. Informação por segmentos

Segmentos de negócio

Em termos operacionais, o Grupo encontra-se organizado em dois segmentos principais: obras públicas e obras privadas.

Rubricas	Obras públicas	Obras privadas	Consolidado
RÉDITOS			
Vendas e prestação de serviços	43 438 887	6 173 506	49 612 393
RESULTADO			
Resultados operacionais	-4 723 087	-134 948	-4 858 035
Gastos de juros			-1 646 268
Proveitos de juros			917 172
Imposto sobre os lucros			-721 426
Resultados de actividades ordinárias			-6 308 557
Resultados extraordinários			7 133 515
Interesses minoritários			-25 520
Resultado líquido			799 438
OUTRAS INFORMAÇÕES			
Activos do segmento	69 974 567	3 318 116	73 292 683
Activos da empresa não imputados			332 529
Activos totais consolidados			73 625 212
Passivos de segmento	14 464 493	2 994 341	17 458 834
Passivos da empresa não imputados			32 790 085
Passivos totais consolidados			50 248 919
Dispêndios de capital fixo	3 854 121	174 635	4 028 756
Depreciações	1 350 662	61 200	1 411 862

Segmentos geográficos

A empresa opera em três áreas geográficas: Portugal, Angola e Moçambique.

Réditos de vendas e prestação de serviços por mercados geográficos	
Portugal	41 228 659
Angola	5 322 635
Moçambique	3 061 099
total	49 612 393

Activos e investimentos em imobilizações corpóreas e incorpóreas por área geográfica

	Activos líquidos segmentais	Investimentos
Portugal	51 764 124	773 803
Angola	19 128 771	2 989 356
Moçambique	2 732 316	265 597
total	73 625 211	4 028 756

49. Caso a empresa tivesse optado pelo registo do valor dos activos e passivos por impostos diferidos (ver nota nº 23), o impacto seria: débito de 2127 milhares de euros em Reservas de Reavaliação, crédito de 92 milhares de euros em Imposto sobre o rendimento e crédito de 2035 milhares de euros em Acréscimos e diferimentos – passivos por impostos diferidos.

VII. Informações relativas a determinadas rubricas:

50. Do papel comercial contratado de 10 000 000 euros, já se utilizaram 10 000 000 euros.

NOTA: relativamente aos números , 3, 4, 5, 6, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 38, 40 e 43, nada há a referir.

Ermesinde, 24 de Fevereiro de 2003

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis apresento o meu Relatório e Parecer sobre a fiscalização das Contas consolidadas da CONDURIL - Construtora Duriense, S.A., relativos ao exercício de 2002, as quais me foram submetidas para exame em conjunto com o Relatório consolidado de gestão.

Da verificação das operações de consolidação das contas das empresas englobadas na consolidação concluí que os documentos de prestação de contas consolidadas estão em conformidade com as contas das empresas respectivas.

Emiti a Certificação Legal das Contas consolidadas com reservas, a qual se considera fazendo parte deste Relatório, e em consequência manifesto que é minha convicção que deverão ser aprovados o Relatório consolidado e as Contas consolidadas, relativos ao exercício de 2002, apresentados pelo Conselho de Administração e que a Proposta de aplicação dos resultados está em condições de ser apreciada.

Linda-A-Velha, 14 de Março de 2003

O Fiscal Único

Crisóstomo Aquino de Barros

CRISÓSTOMO AQUINO DE BARROS

R.O.C. inscrito com o n.º 78

Rua João Chagas, 159 – 3 – E

Linda-A-Velha

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

2. Examinei as demonstrações financeiras consolidadas anexas de CONDURIL – Construtora Duriense, S.A., as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro em 2002 (que evidencia um total de 73 625 212 euros e um total de capital próprio de 22 736 260 euros, incluindo um resultado líquido de 799 438 euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

4. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das Empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
5. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

5. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - * a verificação de as demonstrações financeiras das empresas englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo órgão de gestão respectivo, utilizadas na sua preparação;
 - * a verificação das operações de consolidação;
 - * a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - * a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - * a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
8. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

RESERVA

9. A Empresa, em acto conjunto com outros promitentes vendedores, celebrou um contrato de promessa de compra e venda das participações de capital que detém na Auto-Estradas do Atlântico – Concessões Rodoviárias de Portugal, S.A. e na Oesterota - Concessões Rodoviárias de Portugal, S.A., e de cessão dos suprimentos de que é credora nas duas citadas sociedades. O contrato de promessa de compra e venda e de cessão celebrado é irrevogável para os promitentes vendedores e, reciprocamente, irrevogável para os promitentes compradores, tendo em conformidade a Empresa considerado as operações de compra e venda e de cessão como efectivadas, independentemente do contrato definitivo. Este, porém, está dependente do consentimento do Concedente das auto-estradas na zona Oeste de Portugal e dos Bancos Financiadores, para a compra e venda, e daquele mesmo Concedente, para a cessão das posições contratuais dos promitentes vendedores nos Agrupamentos de empresa de que os promitentes vendedores e compradores fazem parte e que se apresentaram como concorrentes em Concursos Pendentes, pelo que não é neste momento possível concluir quanto à efectivação das operações acima descritas e à consequente mais valia de 7 384 029 euros contabilizada.

OPINIÃO

10. Em minha opinião, excepto quanto aos efeitos da situação mencionada no parágrafo anterior, as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de CONDURIL – Construtora Duriense, S.A. em 31 de Dezembro de 2002, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Linda-A-Velha, 14 de Março de 2003

Crisóstomo Aquino de Barros

RELATÓRIO DE AUDITORIA
CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 da Conduril – Construtora Duriense, S.A. e subsidiárias (Empresa), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002 que evidencia um total de 73.625.212 Euros e capitais próprios de 22.736.259 Euros, incluindo um resultado líquido de 799.438 Euros, as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Conduril – Construtora Duriense, S.A.; (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo

Ledo, Morgado e Associados

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação (e quando for o caso, a aplicação do método da equivalência patrimonial) e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

5. A Conduril – Construtora Duriense, S.A. é parte integrante de um conjunto de entidades que em 27 de Dezembro de 2002 assinou um contrato de promessa de compra e venda de acções e de cessão de suprimentos das sociedades “Auto-Estradas do Atlântico – Concessões Rodoviárias Portugal, S.A.” e “Oesterota – Concessões Rodoviárias de Portugal, S.A.”. Tendo por base este contrato, a Empresa registou a alienação das suas participações e cessão dos respectivos suprimentos, tendo esta operação gerado uma mais-valia de cerca de 7.384.000 euros. De acordo com o referido contrato, a compra e venda fica sujeita à verificação de três condições que, à data deste relatório, ainda não se tinham verificado na totalidade.

Opinião

6. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos do assunto descrito no parágrafo 5 acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Conduril – Construtora Duriense, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2002, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Porto, 24 de Fevereiro de 2003

LEDO, MORGADO E ASSOCIADOS, SROC
Representada por Jorge Bento Martins Ledo

**RELATÓRIO DE AUDITORIA
CONTAS CONSOLIDADAS**

Aos Accionistas da
Conduril - Construtora Duriense, S.A.

1. Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Conduril – Construtora Duriense, S.A. (Empresa), as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2002, as Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos. Estas demonstrações financeiras consolidadas são da responsabilidade do Conselho de Administração. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada na nossa auditoria daquelas demonstrações financeiras consolidadas.
2. A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites em Portugal, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Esta auditoria incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Esta auditoria incluiu igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.
3. A Conduril – Construtora Duriense, S.A. é parte integrante de um conjunto de entidades que em 27 de Dezembro de 2002 assinou um contrato promessa de compra e venda de acções e de cessão de suprimentos das sociedades “Auto-Estradas do Atlântico – Concessões Rodoviárias Portugal, S.A.” e “Oesterota – Concessões Rodoviárias de Portugal, S.A.”. Tendo por base este contrato, a Empresa registou a alienação das suas participações e cessão dos respectivos suprimentos, tendo esta operação gerado uma mais-valia de cerca de 7.384.000 euros. De acordo com o referido contrato, a compra e venda fica sujeita à verificação de três condições que, à data deste relatório, ainda não se tinham verificado na totalidade.
4. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos do assunto descrito no parágrafo 3 acima, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Conduril – Construtora Duriense, S.A., em 31 de Dezembro de 2002, bem como o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Porto, 24 de Fevereiro de 2002
DELOITTE & TOUCHE